



Comissão Barroso com larga maioria

O Parlamento Europeu procedeu ao voto de investidura da Comissão Europeia **ao aprovar de forma inequívoca** a equipa presidida por José Manuel Durão Barroso.



Dos 732 Deputados, 680 participaram na votação, sendo **449 a favor**, 149 contra e 82 abstiveram-se. Recordar-se que Durão Barroso tinha sido aprovado, em Julho de 2004, por 413 votos.

desenvolvimento na pág. 7

O Referendo

Em anterior editorial da *CARTA DA EUROPA* tornei clara a nossa preferência pelo Referendo.

Há quem não queira o Referendo por recear os resultados, outros porque acham o povo ignaro para decidir sobre estas questões e outros ainda porque querem perpetuar a acusação que a “*classe política*” tudo decidiu nas “*costas dos portugueses*”.

Urge pois fazê-lo e sujeitar ao voto nacional a opção europeia de Portugal. Um momento privilegiado, perdidos que foram outros, seria o **Tratado Constitucional**.

Sou dos que acham que **a pergunta encontrada não foi feliz** e que teria sido preferível a alteração constitucional que **apenas a teimosia do PS impediu**.

Agora, com a dissolução do Parlamento e a sobreposição dos calendários eleitorais **tudo pode ser ainda mais complicado**.

Espero que **haja ainda oportunidade para o referendo** e que não fique a ideia que “eles” tudo fizeram para fugir à vontade soberana dos portugueses.

Carlos Coelho

Estratégia de Lisboa

Silva Peneda analisa o Relatório Wim Kok e sublinha a importância dos órgãos de poder local

desenvolvimento nas págs. 2 e 3

Taxa única para as bananas

Sérgio Marques interroga a Comissão Europeia

desenvolvimento na pág. 3

Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça: novo impulso

Carlos Coelho analisa resultados do Conselho Europeu e Programa de Haia

desenvolvimento nas págs. 4, 5 e 6



Silva Peneda sobre a *Estratégia de Lisboa*

José Silva Peneda considerou o Relatório do Grupo de Alto Nível conhecido por **Relatório Wim Kok sobre a Estratégia de Lisboa**, um excelente documento.

Salientando que "a pressão é inimiga tanto da razão como da emoção" Silva Peneda defendeu que o PE "deve insistir para que o Conselho se pronuncie sobre o conteúdo deste Relatório".

José Silva Peneda, defendeu que "os objectivos da estratégia de Lisboa, ambiciosos sem dúvida, dependem essencialmente de um pressuposto: **vontade política de assumir um papel de liderança a nível mundial**.

E também, acrescentou, de dominar a arte de gerir expectativas, isto é, saber conciliar as decisões do dia a dia com a explicação da necessidade de proceder a reformas estruturais que vão conduzir a uma melhor situação no futuro".

Num debate no Plenário do Parlamento Europeu, sobre a reunião do Conselho Europeu dos dias 4 e 5 de Novembro, Silva Peneda recordou que "na década de 80, Jacques Delors deu ao projecto europeu um novo impulso, uma nova visão, quando propôs a realização de um Mercado Interno e de uma moeda única e que, em 2000, na Cimeira de Lisboa, a União Europeia voltou a lançar um desafio para a próxima década: **tornar-se na economia mais dinâmica e competitiva do mundo**".

Referindo-se ao **Relatório Wim Kok**, Silva Peneda

sublinhou que "às portas de entrar em 2005, já a meio do calendário, o balanço do que já foi realizado não é dos mais risonhos. Os progressos são escassos e as perspectivas de futuro pouco animadoras. De facto, a principal conclusão a tirar é que, a manter-se o ritmo actual, a União Europeia **falhará rotundamente a meta de 2010** para alcançar os objectivos definidos na estratégia de Lisboa".

O Deputado social democrata chamou ainda a atenção para três pontos que considerou da maior relevância:

"O primeiro tem a ver com o facto de que quando uma estratégia toca em tudo, normalmente não toca em nada. Convém por isso **estabelecer prioridades claras** dentro da estratégia definida.

Não se trata, disse Silva Peneda, de privilegiar a vertente económica da estratégia em detrimento da sua área social ou ambiental. Trata-se, sim, de definir dentro de todas as suas vertentes, prioridades políticas. São escolhas difíceis mas inadiáveis.

O segundo ponto para enfatizar que a Estratégia de Lisboa **não é apenas**



uma responsabilidade da União Europeia.

O sucesso vai depender, também e em larga medida, da capacidade e do empenho dos Estados Membros nas reformas estruturais que terão de empreender.

O terceiro ponto relaciona-se com a necessidade de se exibir a **afirmação da vontade política de liderança**. Com efeito, os objectivos da estratégia de Lisboa não são utópicos

nem irrealizáveis".

A este propósito Silva Peneda interrogou-se sobre "quem acreditaria na década de 80 que mais de 300 milhões de europeus utilizariam hoje uma moeda única".

Por fim, Silva Peneda congratulou-se com "a posição defendida pelo Presidente da próxima Comissão Europeia em **assumir a Estratégia de Lisboa como uma prioridade** para o seu mandato".

Silva Peneda Relator do Fundo Social Europeu

José Silva Peneda foi nomeado Relator da Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais do Parlamento Europeu para a **reforma do Fundo Social Europeu**.

O **Fundo Social Europeu** apoia políticas e medidas prioritárias que tenham por objectivo **promover e melhorar o emprego**, melhorar a qualidade e a produtividade do trabalho e favorecer a inserção e a coesão social. O Fundo é gerido de acordo com as linhas directrizes e as recomendações da **estratégia europeia de emprego**.

Silva Peneda recorda que "a **Comissão Europeia** apresentou, no passado mês de Julho, um pacote de propostas destinadas a racionalizar e a direccionar as despesas da União Europeia consagradas ao emprego e à política social, de acordo com as perspectivas financeiras para o período 2007-2013".

Sérgio Marques interroga Comissão sobre

taxa única para as bananas

Sérgio Marques dirigiu uma pergunta à Comissão Europeia relativa à entrada em vigor do sistema de taxa única da Política Agrícola Comum para o mercado das bananas.

Sérgio Marques quer saber "como pretende a Comissão Europeia conciliar os vários aspectos em jogo, nomeadamente o que respeita à fixação do nível da taxa única, de modo a

não afectar a produção comunitária de banana e como pretende a Comissão Europeia salvaguardar a situação específica dos produtores de banana das Regiões Ultra-Periféricas no contexto geral de salvaguarda dos produtores europeus de banana. Prevê-se alguma medida específica para a situação específica e diferenciada das RUP?"

O Deputado madeirense interroga ainda a Comissão Europeia sobre o modo como irá "definir a partir de 2006 o regime de compensações por não comercialização e, no caso concreto da Madeira, que medidas pretende a Comissão adotar para conciliar a salvaguarda da situação dos produtores com o imperativo da continuidade da cultura da banana, vital para a vertente ambiental e paisagística da ilha".

Sérgio Marques recorda que a partir de 1. Jan. 2006, será aplicável às bananas frescas importadas um sistema unicamente pautal e que esta questão preocupa seriamente os produtores europeus de banana, de entre os quais os produtores da Região Ultraperiférica da



Madeira, sobretudo quanto ao "nível da taxa única a introduzir por forma a evitar que o sistema que vier a ser estabelecido e demais negociações resultem na prática no desaparecimento da produção da banana comunitária e à necessidade de estabelecer um novo regime de ajuda compensatória para os agricultores europeus de bananas".



Silva Peneda em Conferência do Comité das Regiões:

O Poder Local e a Estratégia de Lisboa

José Silva Peneda defendeu que "as administrações regionais estão na melhor posição para reganhar a confiança dos cidadãos ao proporcionarem mais escolha, mais democracia e mais transparência".

Silva Peneda, que participou num seminário promovido pelo Comité das Regiões da União Europeia, na cidade holandesa de Haia, sobre a "estratégia de Lisboa e o emprego", foi o orador convidado, enquanto membro da Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais do Parlamento Europeu, para falar sobre o papel das

regiões no sucesso da Estratégia de Lisboa.

O Deputado social democrata defendeu que "para a Europa ser capaz de se adaptar à economia global e cumprir os seus objectivos económicos, sociais e ambientais, de acordo com a estratégia de Lisboa, precisa de aumentar a competitividade e, para isso, estabelecer um verdadeiro mercado único do conhecimento e da investigação".

Salientando que a Europa gasta apenas 1,9% do seu Produto Interno em investigação, em comparação com os 2,7% gastos

pelos Estados Unidos e os 3% pelo Japão, Silva Peneda defendeu esforços no sentido "de se aumentar o valor global dos gastos em investigação para, pelo menos, 3% do produto".

No campo ambiental, Silva Peneda defendeu "um sistema efectivo de impactos ambientais que dê substância ao direito dos cidadãos a um ambiente saudável e a implementação de novas fontes de energias renováveis".

No domínio social, o Deputado sublinhou que "uma economia de mercado baseada nos princípios da responsabi-

lidade individual, competição e de genuína responsabilidade social é a melhor maneira de promover o crescimento numa sociedade socialmente inclusiva".

Silva Peneda defendeu as virtudes do princípio da subsidiariedade e da responsabilidade local afirmando que "as autoridades locais podem determinar melhor o que é necessário no contexto de uma determinada região e que o realismo é o primeiro passo para o sucesso devendo o processo legislativo ter em conta os contextos locais e as especificidades regionais".

Um novo Impulso no Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça

Carlos Coelho ao Presidente do Conselho: De nada valem prioridades sem meios

Carlos Coelho aplaudiu a **adoção** pelo Conselho Europeu, no âmbito do Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça, "do **novo programa plurianual para os próximos 5 anos** - programa de Haia - ao qual se deverá seguir a apresentação, pela Comissão, de um plano de acção que deverá conter propostas de acções concretas e um calendário para a respectiva aprovação e implementação".

Na sua intervenção, no debate no Parlamento Europeu sobre os resultados do Conselho Europeu dos passados dias 4 e 5 de Novembro, Carlos Coelho sublinhou que "também aqui para fazermos a Europa temos de contar com os necessários recursos financeiros. **De nada vale proclamarmos prioridades se não lhes atribuirmos os meios necessários**".



O Deputado social democrata destacou sobretudo três pontos:

acesso à justiça mas também à protecção das vítimas.

3 - a segurança da UE - que continua a ser uma



"1 - o início da 2ª fase da definição de um Sistema Europeu de asilo - assente num procedimento comum e num estatuto comum de reconhecimento dos refugiados e dos asilados.

Só uma política europeia comum de asilo e migração poderá fazer face a problemas como é o caso da **imigração ilegal e do tráfico de seres humanos**.

2 - as questões da justiça civil e comercial e da cooperação no domínio da justiça penal - dando especial ênfase à garantia dos direitos fundamentais, ao estabelecimento de garantias processuais mínimas e o

das grandes prioridades, reiterando-se mais uma vez a condenação de qualquer tipo de violência e em especial do terrorismo, sendo importante associar, tanto a Europol como a Eurojust".

Felicitando o Conselho

legitimidade democrática, ao **reforçar o papel crucial deste Parlamento** na adopção de normas em matérias tão sensíveis como as políticas de asilo e imigração e de todas as que envolvem os direitos fundamentais dos cidadãos".

é crucial garantir a segurança dos cidadãos e a defesa dos seus direitos fundamentais

pelo desenvolvimento do Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça, Carlos Coelho afirmou ser "**crucial garantir a segurança dos cidadãos e a defesa dos seus direitos fundamentais, bem como a confiança mútua e o primado do direito em toda a União**" e referiu-se especialmente à decisão de se "aplicar plenamente o artº 67 do Tratado, de modo a poder votar-se por maioria qualificada e em processo de co-decisão todo um conjunto de matérias do título IV.

Não é apenas um passo em frente em termos de eficácia, acrescentou Carlos Coelho, mas também em termos de

Fazendo o balanço do período de 5 anos após Tampere, Carlos Coelho considerou que "apesar de nem todos os objectivos terem sido atingidos, foram registados progressos globais que reflectem um balanço bastante positivo. Nestes 5 anos produziu-se um impressionante acervo legislativo mas lamentamos que, ao nível da sua transposição para a legislação nacional, se tenham verificado enormes falhas quer ao nível do respeito dos prazos, quer ao nível da qualidade da transposição".



.....
Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça

Conselho Europeu aprova “Programa de Haia”

O Conselho Europeu, reunido em Bruxelas, nos passados dias 4 e 5 de Novembro, considerou que a **segurança da União Europeia** e dos seus Estados-Membros **adquiriu nova urgência**, à luz dos ataques terroristas nos **Estados Unidos em 11 de Setembro** de 2001 e em **Madrid em 11 de Março** de 2004. Os cidadãos da Europa esperam que a União Europeia garanta **o respeito das liberdades e direitos fundamentais** e adopte uma abordagem conjunta e mais eficaz dos problemas transfronteiras como a **migração ilegal** e o contrabando e o **tráfico de seres humanos**, bem como o **terrorismo** e a **criminalidade organizada**.



Cinco anos depois da sessão do Conselho Europeu de Tampere, no qual foi aprovado um programa para a criação de um **Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça**, é chegada a altura de um novo programa plurianual para os próximos cinco anos, designado por Programa de Haia, com 3 eixos: Reforçar a **Liberdade**, a **Segurança** e a **Justiça**.

.....

O Programa de Haia

OS OBJECTIVOS

O objectivo é melhorar as capacidades comuns da União e dos seus Estados-Membros para garantir os direitos fundamentais, as salvaguardas processuais mínimas e o **acesso à justiça, conceder protecção às pessoas que dela necessitam**, regular os **fluxos migratórios** e **controlar as fronteiras externas** da União, lutar contra o crime organizado transfronteiras e reprimir a **ameaça do terrorismo**, concretizar o potencial da Europol e da Eurojust, levar por diante o reconhecimento mútuo das decisões e certidões judiciais, tanto em matéria civil como penal, e eliminar os obstáculos legais e judiciais nos litígios em matéria de direito civil e da família que tenham implicações transfronteiras.

Trata-se de um objectivo

que deverá ser alcançado mediante o desenvolvimento de um sistema comum de asilo e melhorando o acesso aos tribunais, a cooperação prática nos domínios policial e judiciário, a aproximação das legislações e o desenvolvimento de políticas comuns.

Elemento essencial no futuro próximo será a prevenção e supressão do terrorismo.

CIDADANIA

Implementação da Directiva (2004/38) que codifica o direito que assiste a todos os cidadãos da União Europeia de se deslocarem e residirem livremente no território dos Estados-Membros.

ASILO, MIGRAÇÃO E FRONTEIRAS

Em 1 de Maio de 2004, iniciou-se a segunda fase do

desenvolvimento de uma política comum no domínio do asilo, migração e fronteiras. Esta fase deverá basear-se na solidariedade

SISTEMA EUROPEU COMUM DE ASILO

Estabelecer um procedimento comum em matéria de asilo e um estatuto



e na partilha equitativa de responsabilidades, incluindo as suas implicações financeiras, e numa cooperação prática mais estreita entre os Estados-Membros.

uniforme para as pessoas a quem é concedido asilo ou protecção subsidiária. Esse sistema basear-se-á na aplicação plena e inclusiva da Convenção de Genebra

O Programa de Haia *(continuação)*

relativa ao Estatuto dos Refugiados e noutras convenções pertinentes.

MIGRAÇÃO LEGAL E LUTA CONTRA O EMPREGO ILEGAL

A determinação dos volumes de admissão de trabalhadores migrantes é da competência dos Estados-Membros. O Conselho Europeu convida a Comissão a apresentar um plano de acção sobre migração legal, incluindo procedimentos de admissão capazes de responder prontamente às flutuações da procura de mão-de-obra migrante no mercado de trabalho europeu, antes do final de 2005.

INTEGRAÇÃO DE NACIONAIS DE PAÍSES TERCEIROS

Maior coordenação das políticas de integração nacionais e das iniciativas da UE. Neste contexto, deverão ser estabelecidos os princípios básicos comuns subjacentes a um quadro europeu coerente no domínio da integração.

DIMENSÃO EXTERNA ASILO E MIGRAÇÃO

A política da UE deverá

ter por objectivo assistir os países terceiros nos esforços que desenvolvem para melhorar as suas capacidades de gestão da migração e de protecção dos refugiados, prevenir e combater a imigração ilegal, informar sobre canais legais de migração, resolver situações de refugiados, criar capacidades de controlo nas fronteiras, reforçar a segurança dos documentos e lidar com o problema do regresso.

GESTÃO DE FLUXOS MIGRATÓRIOS

O Conselho Europeu salienta que é importante abolir rapidamente os controlos nas fronteiras internas, estabelecer de

forma gradual um sistema de gestão integrado para as fronteiras externas e reforçar os controlos e a vigilância nas fronteiras externas



da União.

A gestão dos fluxos migratórios, incluindo a luta contra a imigração ilegal, implica uma abordagem coerente e soluções harmonizadas a nível da UE em matéria de identificadores e dados biométricos.

Antiterrorista para que fomente a realização de progressos nesta área.

COOPERAÇÃO POLICIAL

O Conselho Europeu insta os Estados-Membros a que permitam à Europol, em cooperação com a Eurojust, desempenhar um papel fundamental na luta contra as formas graves de criminalidade (organizada) transfronteiras e o terrorismo.

GESTÃO DE CRISES

A criação dentro das actuais estruturas de protecção civil respectivas, respeitando inteiramente as competências nacionais, de mecanismos integrados e coordenados a nível da UE para a gestão de crises com repercussões transfronteiras na UE, os quais deverão entrar em funcionamento o mais tardar em 1 de Julho de 2006.

PREVENÇÃO DA CRIMINALIDADE

Reforço da Rede Europeia de Prevenção da Criminalidade.

LUTA CONTRA DROGA

Aprovação da Estratégia da UE de Luta contra a Droga (2005-2012) no Conselho Europeu de Dezembro de 2004.

veja o texto integral do Programa de Haia em www.carloscoelho.org

INTERCÂMBIO DE INFORMAÇÕES

Aplicação do princípio da disponibilidade a partir de 1.Jan.2008: em toda a União, um funcionário responsável pela aplicação da lei de um Estado-Membro que necessite de determinadas informações para poder cumprir as suas obrigações pode obtê-las de outro Estado-Membro.

TERRORISMO

Todos os elementos do Plano de Acção da UE de Luta contra o Terrorismo devem continuar a ser plenamente implementados, especialmente no que se refere à necessidade de um maior recurso à Eurojust e à Europol, apelando-se ao Coordenador da UE da Luta



João de Deus Pinheiro sobre Durão Barroso

Intervenção ágil e inteligente



João de Deus Pinheiro felicitou o Presidente da Comissão José Manuel Durão Barroso pela "sua intervenção ágil e inteligente".

No debate de investidura da Comissão Europeia, João de Deus Pinheiro começou por recordar que

Durão Barroso em anterior intervenção afirmara "que faria as modificações necessárias e suficientes para que pudesse soerguer uma Comissão credível e, sobretudo, que pudesse trabalhar em parceria com o Conselho e em cumplicidade e parceria com o Parlamento".

João de Deus Pinheiro considerou que Durão Barroso "conseguiu criar o clima necessário para que essa parceria indispensável possa acontecer. Indispensável, acrescentou João de Deus Pinheiro, porque, não tenhamos ilusões, o que a opinião pública e o Parlamento Europeu esperam da nova Comissão é uma visão clara e uma acção de orien-

tação nítida sobre a **Estratégia de Lisboa**, sobre as **relações transatlânticas**, sobre as **Perspectivas Financeiras**, para já não falar no **alargamento** ou na **negociação com a Turquia**. Em suma, esperam que finalmente tenhamos uma Comissão com uma visão, uma Comissão audaz e com objectivos, capaz de trabalhar com o Conselho e com o Parlamento".

João de Deus Pinheiro afirmou que Durão Barroso "reúne as condições pessoais e a equipa com as características suficientes para fazer da próxima Comissão uma grande Comissão para a Europa e que nos honrará a todas as três instituições".

BREVES

Silva Peneda:

Barroso tem qualidades de liderança

José Silva Peneda declarou que "a União Europeia está numa fase onde **um conjunto de importantes reformas são necessárias**, com vista a assegurar o desenvolvimento do modelo social que faz parte integrante do nosso património civilizacional".

"Para continuar a identificar-se como um projecto de paz, a Europa tem de **crescer economicamente**, tem de ser capaz de **criar mais emprego**, tem de assumir um **desenvolvimento sustentável**, tem de exhibir no seu seio sinais de **maior coesão social e territorial** e tem de desempenhar um **papel muito mais relevante na cena internacional e na luta contra o terrorismo**".

Reconhecendo em José Manuel Durão Barroso "**o espírito reformista e as qualidades de liderança** que, nestas circunstâncias, o órgão executivo da União Europeia bem precisa", Silva Peneda acrescentou que a coincidência de se tratar de um compatriota que irá chefiar a Comissão Europeia dá ao seu voto um sentido de grande orgulho.

Barroso teve razão em pedir adiamento

Carlos Coelho afirmou que "na última semana de Outubro houve quem não compreendesse e criticasse a sua decisão de adiar o voto sobre a Comissão Europeia. **Está de parabéns o Presidente Durão Barroso porque tinha razão e porque hoje ela é, por todos, reconhecida**".

No debate sobre a Comissão Europeia, Carlos Coelho defendeu que "o ideal europeu e o processo comunitário obrigam a um relacionamento eficaz entre a sua Comissão e este Parlamento. O Presidente Durão Barroso chamou a isso, e bem, de 'cumplicida-

de positiva'. É do nosso interesse comum e devemos construí-la permanentemente".

Carlos Coelho afirmou ainda contar com Durão Barroso e "com a sua Comissão para **defender o espírito comunitário**. Contamos convosco para **reforçar a Coesão Económica e Social**".

Não haverá projecto comum com o aumento das desigualdades e assimetrias.

Contamos convosco para que haja um **impulso novo que aproxime a**



Europa dos cidadãos pondo cobro ao défice de informação e de participação no processo democrático europeu".

Sublinhando que não se exprimia "sobretudo como colega de partido mas como português e europeu" Carlos Coelho afirmou que é como português e europeu empenhado e convicto que deseja a Durão Barroso e à sua Comissão "o maior dos sucessos: **Bom Trabalho e Boa sorte !**"

Perspectivas financeiras coerentes com Estratégia de Lisboa

José Silva Peneda defendeu que é *"fundamental que as perspectivas financeiras venham a apresentar um elevado grau de coerência com opções já tomadas, e muito especialmente com as que estão contidas na chamada **Estratégia de Lisboa**. Por isso, e para começar, seria um bom caminho 'lisboalizar' as perspectivas financeiras para 2007/2013. É nisso que me vou empenhar nos tempos mais próximos, acrescentou"*.

José Silva Peneda foi designado membro efectivo da Comissão temporária do Parlamento Europeu "sobre os desafios políticos e os recursos orçamentais da União alargada 2007-2013".

Para Silva Peneda, "do que se trata é da **definição de um quadro financeiro plurianual** que venha a servir de referência para a elaboração dos orçamentos comunitários dos próximos anos.

Estou convencido, disse, que o Parlamento Europeu fará um grande esforço no sentido de se vir obter um acordo com o Conselho e a Comissão. É com esta ideia que irei participar no Comité para que fui eleito. Para a continuação do desenvolvimento do ideal europeu não seria nada bom virmos a ser deparados com umas más perspectivas financeiras".



Programa de cooperação comunitária:

Carlos Coelho apoia ARGO

Carlos Coelho pronunciou-se a favor das alterações propostas pela Comissão Europeia ao programa de acção de cooperação administrativa em matéria de fronteiras externas, vistos, asilo e imigração (**Programa ARGO**).

Carlos Coelho defende que "**a execução do programa ARGO, em 2003, ficou muito aquém dos objectivos** devido a uma subutilização dos fundos, causada pelo facto das administrações nacionais não conhecerem suficientemente o programa e por outro lado, pela dificuldade em mobilizar o co-financiamento necessário".

Salientando que "este programa de financiamento visa promover, essencialmente, a cooperação entre os Estados Membros nos domínios do asilo, da imigração e de passagem das fronteiras externas, e vistos", Carlos Coelho sublinha que "com a presente proposta pretende-se alterar a decisão ARGO de forma a **possibilitar que possa existir financiamento dos projectos de um só Estado Membro**, sem a participação directa de outros Estados Membros, para as medidas no domínio das fronteiras externas da União, que encontrando-se num espaço de livre circulação são, logicamente, de interesse comum para todos os Estados Membros".

Carlos Coelho justificou o seu apoio às alterações propostas, porque "embora não sendo a solução ideal, é no entanto o que se pode fazer neste momento antes das novas perspectivas financeiras para depois de 2006".

Os Nossos Deputados

João de Deus Pinheiro

Telf: (32.2) 28.45374
Fax: (32.2) 28.49374
e-mail: JPinheiro@europarl.eu.int

Vasco Graça Moura

Telf: (32.2) 28.45369
Fax: (32.2) 28.49369
e-mail: VGraca@europarl.eu.int

Maria Assunção Esteves

Telf: (32.2) 28.45566
Fax: (32.2) 28.49566
e-mail: AEsteves@europarl.eu.int

José Silva Peneda

Telf: (32.2) 28.45381
Fax: (32.2) 28.49381
e-mail: JSilvaPeneda@europarl.eu.int

Sérgio Marques

Telf: (32.2) 28.45404
Fax: (32.2) 28.49404
e-mail: Smarques@europarl.eu.int

Duarte Freitas

Telf: (32.2) 28.45790
Fax: (32.2) 28.49790
e-mail: DFreitas@europarl.eu.int

Carlos Coelho

Telf: (32.2) 28.45551
Fax: (32.2) 28.49551
e-mail: CCoelho@europarl.eu.int



Boletim Informativo do Grupo da Delegação do PSD do Partido Popular Europeu

Director: Carlos Miguel Coelho
Redacção: José Luís Fernandes
Sandra Nunes
Imagem: Julio Pisa